

---

# SITUAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL

**Eliane Potiguara**

Independente - Escritora, poeta e  
professora indígena e fundadora do GRUMIN

[elianepotiguara@gmail.com](mailto:elianepotiguara@gmail.com)

---

*"Parafraseando o título da escritora Ester Píncola em "Mulheres que correm com os lobos", queremos invocar o olhar sábio das mulheres indígenas na construção do mundo mágico, místico e mítico no cotidiano dessas mulheres. Esse olhar, contar e viver faz parte da sabedoria natural e ancestral feminina. A mulher indígena retrata essa realidade através da oralidade no seu dia a dia, dialogando com os seus.*

*Essa forma de existir denota a riqueza de um mundo de estereótipos e de costumes e tradições indígenas que fortalecem o papel da mulher comunitária. O olhar de mãe, professora, esposa, militante, anciãs, viúvas e jovens meninas faz com que essa oralidade tenha um diferencial: o diálogo permeado do amor universal, da compreensão, dos ensinamentos, da espiritualidade, das palavras e das próprias ações culturais do cotidiano. A mulher indígena é um canal desses conceitos."*

Eliane Potiguara

Estávamos tod@s lá em 1988, no Congresso Nacional, pintadas como se fôssemos para a guerra. Passávamos pelos corredores, e vozes ecoavam e palmas batiam estridentes. Várias formas de bocas, dentes e sorrisos dirigiam-se a nós. Mulheres indígenas! Estávamos felizes porque construíamos a Constituinte de 1988, no Brasil. Nossos olhares ao futuro eram esperançosos para que nossos filhos e netos kaiapós, guaranis, Tikunas, Potiguaras, Terenas, Krenaks, Pataxós, e de muitas outras nações indígenas pudessem ter seus direitos humanos assegurados naquela Constituição tão bem redigida e uma das mais avançadas do mundo! Éramos estrelas naquele momento! Não acreditávamos que o neoliberalismo reforçaria a pobreza e a exclusão social, acentuando cada vez mais as desigualdades sociais, fortalecendo a discriminação racial, étnica e de gênero. Não acreditávamos naquele momento que os interesses antiindígenas, cada vez mais se fortaleceriam contra nossos direitos e que hoje o substitutivo do Estatuto do Índio estaria engavetado no Senado Federal.

Enquanto isso as mulheres indígenas Yanomami ainda são objetos sexuais dos militares em Roraima, ou mão-de-obra escrava em Mato-Grosso ou no Nordeste brasileiro. Chega-se à crítica conclusão que não existem estudos, cifras, estatísticas que documentem as maneiras de como as mulheres indígenas estão sendo ameaçadas, violadas em seus direitos humanos e de que maneira elas possam estar se extinguindo a partir da mortalidade materna, da mortalidade por violências físicas, por conflitos culturais, por migração de suas terras indígenas e por conflitos políticos que ameaçam suas vidas, suas famílias e o direito ao território indígena e sua cosmovisão. Suicídios, invasões de terras, estupros, doenças e diversos outros males sociais que atingem aos povos indígenas passaram a ocupar espaços na grande imprensa, registrando o estado de abandono em que se encontram as pessoas indígenas, primeiras nações do Brasil. E as mulheres são as mais sacrificadas.

A violência, a intolerância e o racismo aos direitos indígenas, se arrastam por muitos e muitos anos e séculos. Essa é a base da discriminação. A esmagadora maioria de famílias indígenas violentadas que continua em aldeias indígenas ou que forma parte das famílias desaldeadas ou desestruturadas permanece oprimida, por pressão política, social e econômica ou por desconhecer os seus direitos humanos. Esse tipo de violência e racismo, a migração dos povos indígenas de suas áreas tradicionais, merece um estudo e essa situação está invisibilizada no país, assim com a situação das mulheres indígenas no Brasil, que sofrem abuso, assédio, violência sexual, violência territorial e ambiental e que se tornam objeto de tráfico nas mãos de avaros e degradados nacionais e internacionais. Os conflitos entre povos e poder no mundo inteiro tem causado, migrações, "desplazamientos" (povos obrigados a deslocar-se e a fugir por algum motivo, sejam guerras locais ou guerras internacionais, conflitos de raça, etnia). Muitas consciências já se levantaram contra essa situação e principalmente contra as consequências destes deslocamentos de povos de seu habitat natural, constituindo-se no chamado racismo ambiental. Por isso o fenômeno Povos Ressurgidos, lideranças ou famílias indígenas que ressurgem nas cidades ou vilarejos, que se erguem pela consciência de quem são elas na história dos Povos Indígenas do Brasil. Muitos organismos das Nações Unidas têm tratado deste ponto com considerável atenção, mas ainda está aquém. E as mulheres e as crianças são as mais atingidas neste caso. Sobre as mulheres indígenas, a violação aos seus direitos humanos as tem conduzido às mãos de homens corruptos que as seduzem por um prato de comida, por programas, promessas eventuais que confundem o universo feminino, pois tais mulheres têm origem numa cosmovisão, valores, tradições totalmente diferentes do mundo urbano, envolvente e masculino. A maioria vai ser empregada doméstica como mão -de obra- quase escrava, como o depoimento da Índia Deolinda Prado dado ao Grumín há quase 30 anos atrás, o que motivou a criação do primeiro núcleo de apoio a empregadas indígenas em Manaus. As mulheres indígenas também vão trabalhar como operárias mal remuneradas ou trabalhar nas grandes plantações dos latifundiários, num sistema de cativos, trocando seu trabalho por latas de sardinha e nunca conseguindo pagar sua dívida com o contratante. Ou vão morar com homens sem caráter que as transformam em objeto de cama e mesa e submetidas às agressões físicas e parirem dezenas de filhos para viverem miseravelmente nas casas de palafitas na Amazônia, dentro e fora do Brasil ou sobreviverem em favelas contaminadas, moral, social, política e fisicamente. Muitas vezes, trabalham somente pelo prato miserável de comida ou por um pouco de farinha de mandioca. É o que acontece com centenas de mulheres indígenas

que se dirigem a Manaus, a Belém, a Boa vista, a Recife, à Brasília, a S. Paulo, ao Rio de Janeiro, e demais Estados do Brasil, para tornarem-se, iludidamente, essas insinuantes mulheres da mídia e tornando-se prostitutas. Outra forma de tráfico de mulheres indígenas é constatar a presença delas nos prostíbulos, nas zonas de baixo meretrício onde vendem seus corpos por migalhas, contraindo o vírus do HIV, outras doenças ou criando futuras crianças sem futuro, famintas ou enfermas. Os instrumentos jurídicos internacionais resultantes das Cumbres, das Conferências Internacionais organizadas pelas Nações Unidas estão aí para serem aplicados pelos governos. As demandas dos Povos indígenas como a inclusão da denominação "Povos Indígenas" nos documentos oficiais, a solicitação da ratificação do Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho(OIT), a solicitação de espaços de participação, cotas e inclusão da questão indígena nos Conselhos, nos Ministérios, a demarcação e homologação das terras indígenas, a reivindicação de um Estatuto do Índio que parta da realidade atual dos Povos Indígenas e outras demandas, são exigências que os NÓS - POVOS INDÍGENAS- temos feito em todos os Fóruns nacionais e internacionais, principalmente no Grupo de Trabalho sobre Povos Indígenas das Nações Unidas que trabalhou décadas a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS INDÍGENAS, processo finalizado e dando entrada ao Fórum Permanente para povos Indígenas, um espaço internacional de grande importância.

E sobre a questão de GÊNERO, a luta tem sido dobrada pelo preconceito, desconhecimento, desinteresse dos envolvidos tornando a situação das mulheres indígenas no Brasil cada vez mais invisibilizada e excluída.

Enfim a destruição do meio ambiente atinge visceralmente a vida das mulheres e suas famílias.

Finalizando lembramos uma frase do relator da ONU em visita ao Brasil em 2008 que diz: "Uma campanha nacional de educação sobre as questões indígenas e o respeito pela diversidade, guiada pelo Governo em parceria com os povos e organizações indígenas e com o apoio da imprensa, provavelmente ajudaria a estabelecer pontes de compreensão mútua."

## Referências

Potiguara E. (2008). Livro Metade Cara Metade Máscara, Global Editora.

Relatório da Onu sobre povos indígenas /2008 <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=8719&LangID=S#sthash.nRnVg7iZ.dpuf>